

Capítulo 8

DIREITOS REPRODUTIVOS E ABORTO NA MÍDIA ARGENTINA DOS ANOS 90*

Claudia Laudano

A discussão sobre a problemática do aborto na Argentina sofreu uma guinada significativa em meados da década de 90, quando passou da condição de tema marginal na agenda da mídia às primeiras páginas dos jornais de maior circulação do país e aos suplementos dominicais — num dos momentos mais críticos em 1994 —, convertendo-se também em objeto privilegiado de debate e envolvendo atores sociais diferentes e antagônicos, em cenários políticos de dimensões e localização geográfica diferentes.

Vale lembrar que as ações e estratégias públicas de grupos de mulheres e feministas em torno da descriminalização ou legalização do aborto na Argentina vêm se desenvolvendo de maneira consistente desde o final da década de 80 (Bellucci, 1997; Durand e Gutiérrez, 1998), constituindo um contrapúblico subalterno (Fraser, 1993) de caráter dual, na medida em que funcionam como espaços de reflexão e reagrupamento, onde se discutem e circulam interpretações sobre as identidades, interesses e necessidades conformando um contradiscurso e, ao mesmo tempo, como base e local de preparação de atividades de *agitação*, dirigidas a um público mais amplo. No entanto, por fazerem parte dos *públicos débeis* — aqueles cujas práticas deliberativas, ainda segundo Nancy Fraser, consistem exclusivamente na formação de opinião, ficando excluídos da tomada de decisões — as atividades desses grupos tiveram sua eficácia ou incidência substantiva junto a um público mais amplo relegada, ou retardada, até serem considerados *de interesse* por algum setor integrante dos *públicos fortes*, mais próximos ou com maior contato com a representação parlamentar.

O aborto na agenda pública

Assim, é oportuno apontar as circunstâncias que instalaram o tema na agenda pública em 1994, em termos de instituições sociais e

* Tradução de Jô Amado.

sujeitos sociodiscursivos. O então presidente da nação, Carlos Menem, foi protagonista de uma série de intervenções sucessivas, na Argentina e no exterior: numa fala acalorada no dia 1º de maio de 1994, em frente à Assembléia Legislativa; na inauguração da Convenção Constituinte, em 25 de maio; num seminário sobre Bioética realizado em Buenos Aires, no dia 6 de junho; durante a IV Reunião de Cúpula Ibero-americana em Bogotá, onde mostrou sua estreita proximidade à postura do Vaticano,¹ mais tarde ratificada, em setembro, na Conferência de População, no Cairo. Entretanto, a essa altura o debate público já envolvia outros setores sociopolíticos e outras vozes legítimas e autorizadas.

Antes de prosseguir, cabe apontar dois fatos que alcançaram o *status* de acontecimento (Nora, 1993) para a imprensa em 1992 e 1993, contribuindo para o debate posterior. O primeiro foi a publicação de uma convocatória ao ato público de "entrega do anteprojeto de lei de anticoncepção e aborto ao Parlamento", matéria paga publicada por *Página 12* no domingo, 27 de setembro de 1992, por iniciativa da Comissão pelo Direito ao Aborto; o ato obteve, em seguida, cobertura de jornais entre cujos leitores se encontram, *grosso modo*, setores populares (*Crónica* e *Flash*) e setores médios e intelectuais (*Página 12*). O outro foi a publicação, novamente em *Página 12*, a 27 de maio de 1993, sob a manchete "Aborto: basta de silêncio!", de uma página dupla na seção psicologia contendo dois artigos assinados por integrantes de diversas organizações a favor dos direitos reprodutivos e um comunicado argumentando em defesa da descriminalização, elaborado pelo Foro por los Derechos Reproductivos (FDDRR) e referendado por quinhentas assinaturas, segundo consta, das quais cerca de cem de mulheres e homens conhecidos em diferentes áreas da vida nacional.

Ao iniciar-se 1994, o *Clarín*, diário de maior circulação no país, inaugurava a modalidade de debate *dos dois lados** (de apresentar opiniões antagônicas, uma ao lado da outra — Laudano, 1997). Publica, de um lado, um artigo opinativo de monsenhor Musto, alegando que a reforma constitucional deve incluir "o direito à vida", com argumentos baseados em conceitos suavizados de "direitos humanos", "ideal democrático" e "bem comum"; e, na página ao lado, simetricamente, outro artigo de opinião de pesquisadores do Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) e do FDDRR, questionando o *lobby* exercido por setores da Igreja Católica graças a sua maior influência junto às posições do governo e assinalando, também, que a complexidade do tema requeria um debate mais profundo.

* No original, *de las dos campanas*. (N. do T.)

Essa estratégia dos *dois lados* reconhece sua matriz no tipo de debate jornalístico de televisão (modalidade utilizada há muito tempo por diferentes programas argentinos, na conformação de suas mesas de pseudodebates). Ao longo dos meses, tal estratégia adquiriu um caráter constante em diversos órgãos da imprensa escrita, simplificando e reduzindo a discussão a posturas de um ou outro desses *lados*. Ao mesmo tempo, porém, outorga a mesma legitimidade à posição de um setor dos católicos e a vozes feministas e de organizações pró direitos reprodutivos.

Após uma carta de leitora, numa edição do final de janeiro de *Página 12* (25 jan., 1994), a Comissão pelo Direito ao Aborto publica uma matéria paga convocando para o 8 de março com sua já conhecida palavra de ordem "Anticoncepcionais para não abortar, aborto legal para não morrer", com a adesão de numerosas personalidades e organizações de mulheres. O texto dá uma resposta à posição da Igreja no mesmo terreno de discurso dos *direitos humanos*, destacando o direito da mulher de decidir sobre a interrupção da gravidez e recontextualizando o enunciado do *direito à vida* para o âmbito da defesa da vida das mulheres que morrem por falta de recursos para fazer o aborto em condições médico-higiênicas seguras.

Essa matéria deslança uma reação em cadeia, multiplicando o espaço e os enfoques do debate no mês de março, dando voz e legitimando as posições de diferentes mulheres (e de alguns homens) e suas organizações, apresentando o tema sob os ângulos jurídico, de saúde pública, religioso, *científico* e filosófico. Sob o selo "O aborto em debate", o jornal *Página 12* recolhe as mais variadas opiniões junto a personalidades públicas e outras não tanto, do mundo esportivo, cultural, artístico e sindical, entre outros. Dois eixos recorrentes nas discussões são o momento de início da vida e a quantidade de mulheres que morrem, vítimas de abortos clandestinos, ou que têm complicações devido a essa prática.

No Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher (28 de maio) em 1994, o Foro por los Derechos Reproductivos marca novamente sua posição em matéria paga bastante chamativa no *Página 12*, adotando a palavra de ordem anterior e com inúmeras adesões, mais de pessoas físicas que de instituições ou grupos. O texto situa a prática do aborto em seus aspectos materiais, de acesso à informação, recursos de saúde, econômicos e sociais, bem como a rede de relações em que ocorre, incluindo-se a perspectiva dos projetos de vida. Reivindica ao Estado a garantia da anticoncepção e a descriminalização do aborto.

No nível internacional, o Papa, como porta-voz privilegiado de instituição poderosa, pressiona o presidente norte-americano Bill Clinton com relação ao controle demográfico e ao aborto, o que constituiu o principal foco de tensão no diálogo que ambos mantiveram em Roma, no início de junho (*La Nación*, 3 jun., 1994, pp. 1-2). No âmbito local, as primeiras pesquisas realizadas na capital argentina e na região metropolitana de Buenos Aires revelam que somente 18% da população defende a não-legalização do aborto em caso algum, posição defendida pela hierarquia eclesiástica e pela presidência. Essa forma de consulta à *opinião pública*, muito usada em tempos eleitorais, é acompanhada de outra quantificação, do ponto de vista da saúde pública: são divulgados dados, de diferentes fontes, com estimativa do número de abortos clandestinos realizados por dia e por ano no país, o número de mortes de mulheres em consequência de abortos mal praticados, o percentual de mulheres internadas em hospitais devido a práticas abortivas infecciosas e dados comparativos sobre a diminuição da morte de mulheres em países cuja legislação permite o aborto, entre outros (*Página 12*, 7 jun., 1994, pp. 12-3).

Em meados de junho é noticiado o fracasso da posição do presidente argentino na Reunião de Cúpula de Chefes de Estado Ibero-Americana realizada na Colômbia, quando ele tentou impor a condenação ao aborto no documento conjunto da reunião (*Página 12*, 16 jun., 1994, pp. 2-3). Longe de ser mera questão retórica, isso reflete a dificuldade de estabelecer alianças para além das fronteiras territoriais. No entanto, a tentativa frustrada teve repercussão no mapa de forças em formação, pois alguns dias mais tarde o Papa divulga, pelas agências de notícias, seu agradecimento ao presidente argentino pelo *gesto* de alinhamento com as posições do Vaticano (*Clarín e La Nación*, 1º jul., 1994).

Entretanto, várias vozes do movimento de mulheres manifestam sua profunda discordância. O IX Encontro Nacional de Mulheres realizado em Corrientes, reunindo milhares de mulheres, assume posição favorável à descriminalização do aborto e a sua prática gratuita nos hospitais, mas as declarações do encontro não logram tornar-se notícia, exceto em alguns meios de comunicação locais.² Isso não impede, no entanto, que 50 organizações de mulheres de diferentes cidades argentinas respondam às declarações presidenciais por uma *Carta aberta à opinião pública*, destacando a inexistência no país de políticas sociais que garantam os direitos reprodutivos, assinalando que o debate se deveria dar em termos concretos, com base nos dados sobre mortes de mulheres causadas por abortos mal-realizados devido à falta de acesso, e recolocando os termos do debate em torno da descriminalização: à suposta *promoção do aborto* alegada pela posição presidencial

são contrapostos números, a quantidade de mortes femininas evitáveis, fundamentando-se os argumentos com dados e fontes precisas. A carta apela ao respeito ao jogo democrático que pressupõe *debate social*, condenando como *autoritarismo* a presumida intenção presidencial de fazer valer sua voz (*Página 12*, 25 jun., 1994). Tanto as organizações de mulheres como a imprensa acham oportuno divulgar informação sobre o aborto em outras partes do mundo, como quadro de referência para a discussão.

E a queda de braço continua. Em 9 de julho, nos três principais jornais de que dispomos — *La Nación*, *Clarín* e *Página 12* — representantes da Igreja Católica, o presidente Carlos Menem e os integrantes da bancada oficialista manifestam explicitamente seu desejo de que a próxima Constituição rechace e condene o aborto.³ Os termos utilizados pelo presidente nivelam o aborto a *assassinato* e ameaçam ir *até as últimas conseqüências*. Do ponto de vista jornalístico, revelou-se a magnífica estratégia de imprensa da coalizão conservadora. Mesmo considerando que a Igreja conta com agência de notícias própria — Agência Informativa Católica (AICA), — como explicar (senão pela articulação prévia) que os três jornais tenham publicado fotos próprias, e diferentes, da mesma cena na residência presidencial de Olivos?

Três dias mais tarde vem a resposta das mulheres, através de outra carta aberta, dirigida simultaneamente a dois públicos: aos representantes na Constituinte e à sociedade argentina. O documento opta pelo critério de assinaturas de organizações de mulheres (cerca de 60), contrariamente à maioria de assinaturas de pessoas físicas, que ocorrera anteriormente. A matéria paga — publicada por *Página 12* à sua página 5, por *Clarín* na seção política (12 jul., 1994, p. 6) e também divulgada por *Crónica* — retoma os argumentos antes explicitados, porém a partir de uma posição expressa de cidadãos e cidadãs, representantes de interesses e necessidades de setores que não estão sendo ouvidos, denunciando a violação das regras do jogo democrático. A carta pleiteia a defesa da democracia e da vida e, embora inclua a reivindicação de que homens e mulheres tenham o direito de decidir sobre sua reprodução, não aborda a questão da descriminalização do aborto ou de sua legalização.

Os jornais tornam vívido o clima de urgência, de pressões e argumentações cruzadas: o tema do aborto ganha as manchetes e primeiras páginas de um diário (*Página 12*, 13 e 14 jul., 1994) e a seção política de outro (*Clarín*, 14 jul., 1994). As mulheres que, de forma organizada, se manifestam e pressionam a Convenção Constituinte reunida em Santa Fé, conseguem um reconhecimento político impor-

tante, como *contra-ofensiva* ou como *integrantes da oposição* (Página 12 e *Clarín* e, em menor medida, *La Nación*): dão entrevistas coletivas, declarações públicas, assinam notas na imprensa.⁴ A imprensa refere-se a elas como *Organizações não-governamentais (ONGs)* e *ativistas de partidos políticos*. Com elas se solidarizam também mulheres participantes da Constituinte (da Frente Grande e União Cívica Radical), que concordam com sua posição; e algumas filiadas ao partido do governo (Partido Justicialista, PJ), fazendo-se acompanhar de outros dirigentes e militantes do partido, declaram-se em oposição ao oficialismo. Alguns jornais divulgam até algumas vozes que, do interior da Igreja Católica, questionam as tendências hegemônicas, sugerindo uma brecha na posição férrea da instituição.

Mas a Igreja não só não descansa, como desembarca na Convenção Constituinte: o ministro da Justiça Rodolfo Barra, constituinte autodefinido pró-Opus Dei, assume o papel de *operador* e pressiona os constituintes de todas as formas possíveis. Com os meios de comunicação definindo a ação como *a ofensiva mais dura*, Antonio Quarracino, arcebispo de Buenos Aires, retoma a idéia de *assassinato* e chama de *criminosos* os legisladores que não apoiarem sua postura (*Clarín*, 17 jul., 1994, p. 7 — na verdade, essa acusação foi lançada no programa de televisão *Claves para un mundo mejor*, no canal estatal ATC). Em sua homilia, do Vaticano o Papa contribui com seu grãozinho de areia: considera uma *aberração* que uma mulher decida não ser mãe, seja fazendo o aborto, seja usando anticoncepcionais (Página 12, 21 jul., 1994, p. 18). Por sua vez, aparecem na cena pública os autodenominados grupos *pró-vida*, por meio da publicação de duas matérias pagas nos jornais nacionais de maior tiragem (*Clarín*, em 21 de julho e, cinco dias depois, *La Nación*), com duas eloqüentes palavras de ordem: "Sim à vida!", na primeira e, na seguinte, com um "Não ao aborto!". Destacam-se o estilo dos textos curtos e contundentes, as letras realçadas, muitas assinaturas.

Outros meios de comunicação entram então na discussão do aborto, de diversas formas. O *Diario Popular*, com leitores dos setores populares, aborda a perspectiva da gravidez adolescente, mas repete a fórmula polarizada (uns de um lado, outros de outro), além de publicar depoimentos e números (edição de domingo, 17 jun., 1994); *La Nación* mantém uma coluna de *atividade religiosa* e uma ou outra nota comentando as negociações e alianças partidárias; as revistas *La Maga*, *Humor*, *Uno* e *Gente* — com diversos públicos, dirigidas a diferentes setores sociais — apresentam opiniões de pessoas famosas, contrárias ou com certa ambigüidade em relação à postura presidencial, que se

pronunciam para evitar as mortes de mulheres que abortam; depoimentos e dados comparativos sugerem que se pode evitar as mortes por abortos clandestinos.

Nos primeiros dias de agosto, o tema do aborto está novamente nas primeiras páginas dos jornais, nas páginas centrais e, em seguida, nos suplementos de domingo dos jornais de circulação nacional. Em 5 de agosto de 1994, *Página 12*, referindo-se às mulheres do Partido Justicialista que desafiam a cruzada menemista, intitula a matéria “A rebelião das mulheres” — o que, à primeira vista, pode ser interpretado como uma posição das mulheres em geral. No entanto, a matéria é ilustrada com uma *charge* sexista, mostrando um pé de mulher, em sapato de salto alto e meias de nylon (seria um símbolo feminino?), tentando esmagar Menem. Já *La Nación*, na capa da edição de 21 de agosto de 1994, num estilo que não lhe é próprio (letras brancas sobre fundo negro, tipo catástrofe), estampa “Aborto”, laconicamente, com a chamada “Luzes e sombras de um debate que apenas começa”, para as páginas 8 a 13.

Como estratégia de legitimação da posição das mulheres, publicam-se novas pesquisas que anunciam uma postura aberta com relação à descriminalização e reivindicam educação sexual. Com o sugestivo título “Uma polêmica ainda nas fraldas”, uma matéria sugere a necessidade de manter aceso o debate, que vem sofrendo ameaças de ser encerrado. Em 5 de agosto, *Página 12* cita, pela primeira vez, as Mulheres Autoconvocadas para Decidir com Liberdade, com o comentário: “[grupo] formado para criar um pólo de oposição à intenção presidencial de penalizar o aborto”. O grupo adquire assim visibilidade como coalizão (Young, 1990) e reconhecimento como interlocutor no debate, apesar de sua posição de poder desvantajosa.

Sete meses depois da inauguração, pelo *Clarín*, da estratégia de publicar *os dois lados*, é reeditado o confronto entre o representante da Igreja, monsenhor Musto, e Silvina Ramos, integrante do CEDES e das Mulheres Autoconvocadas. Numa matéria que sintetiza de forma característica a abordagem dicotômica e reducionista da mídia, *Clarín* (8 ago., 1994) publica a manchete “A favor ou contra castigar o aborto”.

O artigo de Silvina Ramos, com o título “Todos queremos a vida”, propõe-se a uma série de respostas e esclarecimentos com relação às acusações da hierarquia eclesial católica, tomando por base três afirmações: “Todos queremos evitar os abortos”, “Todos temos uma concepção de vida do ser humano” e “Todos estamos a favor da vida”. À medida que cada um desses temas é desenvolvido, destacam-se as deficiências, por parte do Estado, no cumprimento

das obrigações necessárias ao atendimento dos direitos dos cidadãos e defende-se o prosseguimento de um debate pluralista sobre o aborto (incluindo a descriminalização e a possibilidade de sua legalização), tema que é definido como *complexo e controvertido*.

O representante da Igreja, por seu lado, já lança uma provocação a começar do título: "Não matem as crianças!". A frase é da (agora falecida) mãe Teresa de Calcutá que, convém lembrar, não foi mãe — paradoxalmente por opção — e a usara contra o presidente Clinton em fevereiro de 1994. Uma série de argumentos cruciais se encadeiam, com significados muito diferentes e conflitantes com os das organizações de mulheres: 1) o direito à vida torna-se o fundamento dos direitos humanos, anterior ao Estado e associado à pessoa; assim, o *aborto legalizado* seria a negação de tal direito fundamental; 2) no enunciado são utilizados, como sinônimos, o *concebido*, a *criança*, o *bebê*, o *nascituro* (aquele que há de nascer), a *criança não-nascida*, a qual passa em seguida a ser definida "efetivamente como um ser humano perfeitamente individualizado, com seu patrimônio genético". Com essa operação discursiva, ela passa a ser apresentada como independente (*sic*) *do organismo materno*, definição a que é reduzida a mulher. O terceiro argumento é uma dedução forçada: os países que abortam também são violentos em outros sentidos, oferecendo-se como exemplo a *epidemia de violência* nos Estados Unidos e, mais uma vez, citando Teresa de Calcutá: como seria justificável aceitar "que uma mãe mate seu filho e dizer aos outros que não se matem?". Em seguida, apelando para um certo chauvinismo, chama *imperialismo de nova marca* as ações dos países do Norte devido a suas posturas em relação à anticoncepção e ao aborto, principalmente por supostamente favorecerem uma pretensa eliminação dos habitantes do Sul. Finalmente, o texto termina com um arrazoado contra a anticoncepção e uma prece fervorosa. Os *golpes baixos* e a apelação para um sentimentalismo confuso por parte do setor católico aumentaram ostensivamente, desde a publicação semelhante no mês de janeiro.

Esse mesmo esquema dos *dois lados da moeda* foi utilizado por outros veículos nos dias que se seguiram, quando, em sua ofensiva, a Igreja mobiliza estudantes com cartazes na cidade de Santa Fé (onde delibera a Constituinte), enquanto, em Buenos Aires, um grupo de mulheres defende a anticoncepção e o aborto, ao mesmo tempo em que reconhece publicamente ter abortado. Por exemplo, enquanto o jornal *Crónica* de 10 de agosto dá como título "Condernar o aborto", apresenta, em contraponto, "A outra face, mulheres pedindo liberdade

[...]" ; *La Nación* desse mesmo dia (10 ago., 1994, p. 15) confronta, simetricamente, fotos dos manifestantes *dos dois lados* com seus cartazes, apelando ao par vida-morte nas manchetes para cada um: "Sáenz Peña e Florida: para não morrer" e "Diante da Constituinte: para viver". O debate nacional sobre o aborto e o *lobby* do Ministro da Justiça e constituinte Rodolfo Barra entremeiam-se ao noticiário e às primeiras declarações sobre a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) a realizar-se em setembro no Cairo, com especial destaque para a voz do Vaticano.

Finalmente, na frase incluída na Carta Magna, a ambigüidade reflete as conturbadas negociações entre os dois blocos. Os jornais de 19 de agosto falam da "fórmula moderada contra o aborto" (*Clarín*), "a vida será defendida desde a gravidez" (*La Nación*), e "nem tanto nem tão pouco", com a chamada "Direitos da criança e aborto" (*Página 12*). A nova fórmula constitucional faculta ao Congresso ditar "um regime de segurança social especial e integral de proteção à criança em situação de desamparo, desde a gravidez até o final da educação básica" e à mãe durante a gravidez e o aleitamento (artigo 75, inciso 23). A solução não agradou aos representantes da hierarquia católica, que se manifestaram em público: para o cardeal Primatesta, "Deus não entrou na Constituição", ao que o próprio presidente da Constituinte, Eduardo Menem, respondeu: "Eu respeito todas as opiniões, mas Deus já estava e continua estando na Constituição" (*Clarín*, 19 ago., 1994). Por sua vez, *Página 12* ofereceu espaço a quatro *dirigentes* de organizações de mulheres para uma avaliação do novo texto legal.

No âmbito das interpretações proporcionadas por esse desfecho, o Ministério da Justiça publica, no *Crónica* de 26 de agosto, um agradecimento sob o título "As crianças, protegidas desde o primeiro minuto", enquanto as Mulheres Autoconvocadas para Decidir com Liberdade (que adotam o mesmo nome, são mais de uma centena mas não se especificam, como faziam antes) publicam, no dia seguinte, uma matéria paga no jornal *Página 12* retomando o *slogan* "Basta de silêncio!". Agora já mais próximas e com certa capacidade de influir nas decisões de alguns setores dos *públicos fortes*, agradecem às deputadas constituintes mais sensíveis às suas posições, assim como à imprensa; apontam as ambigüidades e confusões proporcionadas pela cláusula aprovada e advertem que o governo não deveria "continuar alinhado, nos foros internacionais, aos fundamentalismos religiosos que não respeitam os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas como direitos humanos básicos". Sem dúvida, esta era uma antecipação da posição governamental na então próxima Conferência do Cairo.

Apelo visual hiperemotivo

Até aqui, foi apresentado o debate tal como transparece na linguagem escrita da imprensa. Mas a imagem também é um poderoso veiculador de sentido. De fato, uma revisão dos materiais gráficos que acompanharam a difusão do debate⁵ permite vislumbrar uma dimensão não explorada no que se refere à produção de sentidos: o campo das imagens como espaços significativos da luta simbólica. Diferentes estudos sobre comunicação coincidem em que o processo de naturalização dos sentidos, como o que atua no senso comum, é mais propenso a tornar-se hegemônico no campo audiovisual (Hall, 1993). Vejamos alguns exemplos específicos:

Em suas manifestações, os grupos católicos e aqueles que os apóiam fazem acompanhar a frase *Sim à vida* da imagem de um feto desenvolvido, num ventre do qual se vê apenas o contorno — embora o cordão esteja bem destacado — pedindo pela própria vida (Figura 1). Vale chamar a atenção para o fato de que não só se constrói uma certa autonomia do feto, tendo direito a voz e a ser ouvido, como a mulher é tornada invisível.

Para as organizações de mulheres, torna-se muito difícil encontrar uma representação gráfica adequada, capaz de explicitar visualmente suas posições e replicar aos ataques. Sua resposta consiste na utilização de cartazes com palavras de ordem, recortes de jornais ou números: até o momento, o fator lingüístico parece mais eficaz e acessível, diante da dificuldade de se produzirem imagens próprias. Isso pode ser percebido nas faixas e cartazes utilizados na mobilização das Autoconvocadas em Santa Fé (fotos publicadas pelo *Clarín*, 14 jul. 1994, p. 7), assim como nos da mobilização da rua Florida, em Buenos Aires (fotos em *La Nación*, *Crónica*, *Clarín* e *Página 12*, 10 ago., 1994). Mais pertinente é observar as fotos que acompanham — ou *ilustram* — as matérias em jornais e revistas: na melhor das hipóteses, a imagem é a de uma mulher sozinha, com expressão de dúvida ou angústia. Essa última situação às vezes se repete no material de divulgação das próprias organizações de mulheres e feministas, suscitando a pergunta: será realmente possível representar, através de uma imagem, a idéia do *direito a decidir*, tema básico do movimento das mulheres?

Na capa de sua edição de 5 de setembro de 1994, *La Nación* publicava, junto a uma matéria sobre as posições antagônicas de diferentes delegações participantes da CIPD no Cairo, uma pesquisa exclusiva sobre a opinião dos argentinos a respeito da *permissão* de abortar. Embora os dados do infográfico demonstrem claramente posi-



En Santa Fe, por la vida desde la concepción; en la Capital, para que no mueran las madres

(Fotos de A. Querol y G. Amarelle)

La cuestión del aborto estuvo en las calles

El debate sobre el aborto tuvo ayer diversas expresiones que evidenciaron la repercusión alcanzada en distintos sectores de la sociedad.

En Santa Fe, una manifestación presentó firmas a la Convención Reformadora en favor de la vida desde

la concepción y hasta la muerte natural. En Florida y Diagonal Norie, en esta capital, se juntaron firmas por la despenalización del aborto para preservar la vida de las madres. El Episcopado pidió una actitud más clara sobre el tema y es-

timó que la adopción del Pacto de San José de Costa Rica es un paso adelante, pero aspira a un reconocimiento expreso de la vida desde la concepción.

En Santa Fe, manifestantes congregados ante la Convención pro-

clamaban "Sí a la vida" y, en Buenos Aires, varias mujeres levantaron cartelitos en los que afirmaban "Yo aborté". El obispo de Mar del Plata, monseñor José Arancedo, denunció presiones internacionales.

(Más inf. en la Pág. 15)

Sáenz Peña y Florida: para no morir

"Anticonceptivos para no abortar. Aborto legal para no morir".

Bajo este lema, un grupo de Mujeres Autoconvocadas para Decidir en Libertad se manifestó ayer en la esquina de la Diagonal Roque Sáenz Peña y Florida para continuar su lucha en la calle por la despenalización del aborto.

La protesta apuntaba también a expresar su oposición al proyecto del

Gobierno de incluir la legalización del aborto, aún en casos de violación o demencia, dentro de la nueva Carta Magna que elabora en Santa Fe la Asamblea Constituyente.

Las mujeres autoconvocadas -iniciativa de la que forman parte mujeres de la Unión Cívica Radical, de la Unidad Socialista, del Frente Grande, de las organizaciones de derechos humanos y grupos estudiantiles- tam-

bién juntaron firmas para elevar un petitorio con tres puntos.

En ese reclamo se solicita que se permita a la sociedad opinar sobre la interrupción del embarazo; que se impartiera educación sexual en las escuelas y que se despenalice esta práctica "para acabar con la clandestinidad, evitando así los cientos de muertes de mujeres pobres".

Ante la Convención: para vivir

SANTA FE (De nuestros enviados especiales). - Con una nutrida manifestación frente a la Universidad Nacional, los antiabortistas reclamaron que se incluya en la Constitución una cláusula que garantice el derecho a la vida desde la concepción. Los manifestantes entregaron al presidente de la

Asamblea, Eduardo Menem, varias cajas que contienen 113.000 firmas recogidas en todo el país en contra del aborto. Menem, Alberto Pierri, Carlos Reutemann, Augusto Alsino, Alberto Albamonte y Julio César Ardóz recibieron a los delegados antiabortistas y salieron a los balcones de la Universidad para

saludar. Políticos y manifestantes cantaron al unísono el Himno Nacional Argentino. Instado a "dar un paso más en la Constitución" para asegurar el derecho a la vida, el senador Menem se pronunció "personalmente en favor", aunque advirtió que en otros bloques existen "diferentes opiniones".

Figura 1 — Manifestações de grupos contrários ao aborto, Santa Fé e Buenos Aires, 1994.

ções favoráveis à *permissão* (as opiniões aparecem ao lado desagregadas por motivo ou causa), o que chama a atenção é a silhueta intra-uterina que acompanha o gráfico (Figura 2). Que papel cumpre a

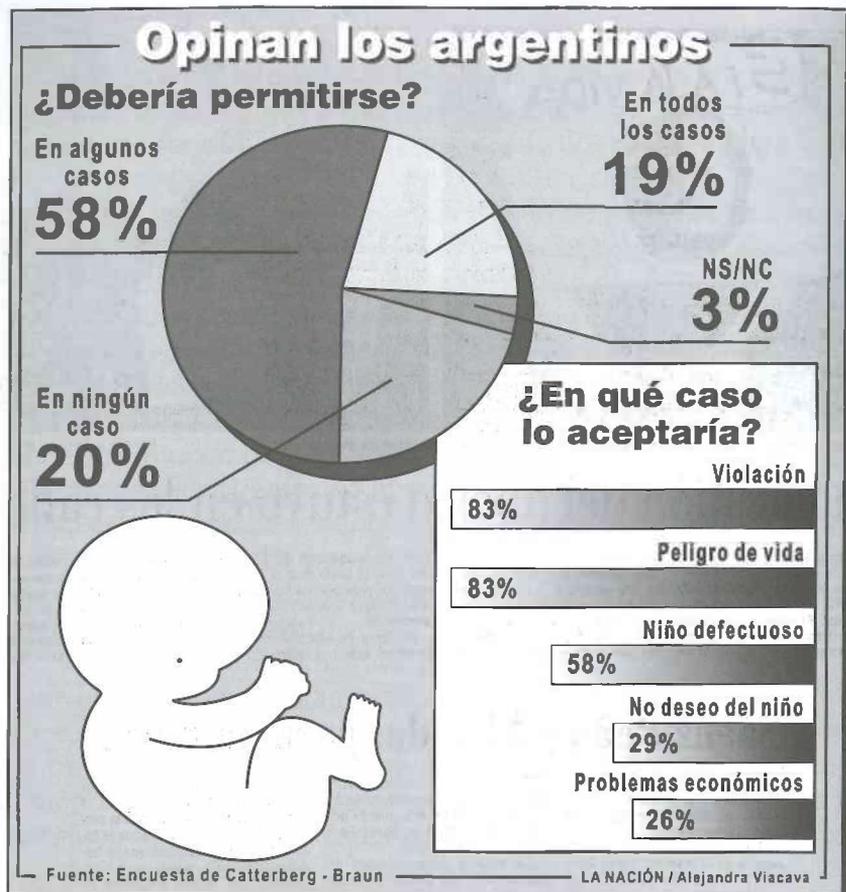


Gráfico Alejandra Viacava, La Nación, 5 set., 1994.

Figura 2 — Resultado de pesquisa sobre *permissão* para abortar, Grande Buenos Aires.

inclusão dessa figura fetal que já se tornou independente do útero de uma mulher? Creio que opera por naturalização. Caso se trate apenas de um *recheio* em termos gráficos, para equilibrar o desenho, então que outra imagem poderia ter ocupado aquele espaço? Ou melhor, que outra diagramação do infográfico teria evitado essa figura?

Na verdade, a utilização de imagens de fetos que existem, se desenvolvem e falam, cada vez mais autônomos, independentes do corpo de uma mulher, parece uma estratégia mais ampla da campanha antiaborto da comunidade católica, visível em cartazes nos mais diversos âmbitos e cenários urbanos, promovendo a identificação do feto como uma pessoa.

Em 23 de janeiro de 1998, quando se completavam 25 anos do processo *Roe versus Wade* nos Estados Unidos (considerado um au-

têntico marco na batalha pela legalização do aborto), vários veículos publicaram matérias alusivas ao fato, mas destacando a mudança de opinião da mulher que havia travado uma luta legal acirrada contra o Estado — com o interesse exagerado que a mídia costuma demonstrar pela figura do convertido. O arrependimento é ressaltado com a expectativa de levar à reflexão no mesmo sentido.

Entretanto, meu interesse recai sobre uma radiofoto difundida pela agência Reuter (Figura 3) que mostra, quase em primeiro plano, o imenso cartaz empunhado numa concentração de grupos anti-aborto.⁶ Essa foto foi publicada pelo menos nos jornais *La Nación* (23 jan., 1998, p. 5, seção Exterior) e *Clarín*, da mesma data (p. 32, seção Informação geral).⁷ Na radiofoto, o cartaz estampa a cara doce e comovedora de um bebê, com a inscrição VIDA. Deve-se admitir que é contundente igualar a imagem do já-nascido à situação intra-uterina. Ainda por cima, a pessoinha fala e agradece a vida à sua mãe, com um cândido "Obrigado, mamãe!". Traduzindo-se e completando a frase com base nas letras visíveis em inglês, subentende-se "por não ter me abortado". Ao lado, outro cartaz, de dimensões menores, também mostra o rosto de uma criança que (nos) interpela apelando para a emotividade: "Enfrente-o, o aborto mata!" Esse acúmulo de apelo emotivo equipara *vida intra-uterina a pessoa nascida*, polarizando as imagens de *um doce e inocente bebê* e de *uma potencial assassina*.

Foto Reuter, *La Nación*, 23 Jan. 1998, p. 5.

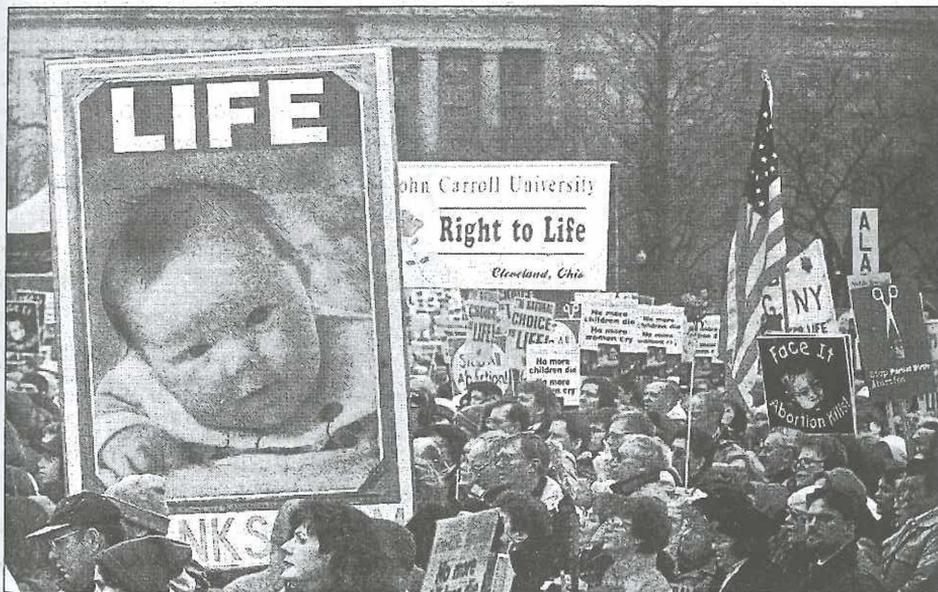


Figura 3 — Manifestação antiaborto em Washington, EUA, jan., 1998.

Embora isso não seja perceptível no material reproduzido em preto e branco, a cor vermelha vem sendo usada com frequência crescente nas concentrações antiaborto, devido à sua associação imediata com sangue e, por extensão, com morte e assassinato. Imagens mais ousadas, de cunho sensacionalista, mostram pessoas fantasiadas de *morte*, vestidas de negro contrastando com o branco da caveira, com uma imensa foice ensangüentada numa das mãos e, na outra, uma fileira de bonecos simulando fetos vermelhos, com manchas de sangue. Junto a esta, outra pessoa personifica um cirurgião, com cavanhaque, vestido de branco, todo salpicado de sangue — o que pretende remeter a uma cena imediatamente após ter sido praticado um aborto, embora isso não ocorra na técnica da aspiração, utilizada hoje em qualquer parte do mundo.⁸

Ao examinar o tema da representação dos direitos reprodutivos nos Estados Unidos, Patricia Zimmermann (1994) afirma que na última década as feministas perderam terreno não só do ponto de vista legal, mas também no campo visual, já que a partir da divulgação do filme *The silent scream* (O grito silencioso, 1986), o debate em torno do aborto manteve ocupados produtores/as tanto dos grupos antiaborto quanto feministas, na luta pelas representações. Concordando com Rosalind Petchesky (1987), em que as feministas cederam terreno de modo demasiado fácil devido à dificuldade de encontrar imagens e símbolos *positivos* do aborto, Zimmermann propõe a produção e uso de vídeos como parte da estratégia na disputa incessante pelos significados simbólicos. Essa dimensão específica como arena de luta pelos sentidos ainda não adquiriu, na Argentina, a devida atenção por parte dos grupos que defendem o direito a decidir ou a legalização do aborto. O predomínio da lógica da argumentação escrita relega a um papel secundário os recursos visuais que, na melhor das hipóteses, aparecem como complemento ou mera ilustração.

Um exemplo inverso ao que vem sendo alegado aqui foi registrado na revista de informação geral (e não *feminina*) *Tres Puntos*, no início de dezembro de 1997 (Figura 4). Na capa, a manchete "Pela primeira vez 20 mulheres se atrevem a dizer EU ABORTEI", rodeada por fotos de rostos de mulheres conhecidas do mundo artístico, legislativo, intelectual, assim como estudantes e trabalhadoras, de idades distintas. Na matéria de capa, cada uma delas — e mais outras tantas — contribui com depoimentos, fotos de corpo inteiro, sempre vistas junto a um banco sentadas, com as pernas juntas e cruzadas, ou de lado, de frente ou de perfil (mas quase sempre segundo uma ordem). Vale também ressaltar que as expressões em seus rostos mudam, e

EL ADIÓS DE HAVELANGE

Quién se queda con el negocio del Mundial

LOPEZ MURPHY SE DEFINE

Un liberal para la Alianza

Año 1 Número 23. Buenos Aires, 10 de diciembre de 1997. Precio \$ 4,50

trespuntos

DIRECTOR: HÉCTOR TIMERMAN

 <p>Gabriela Miculevicius Estudiante</p>	 <p>Sylvia Walizer Periodista</p>	 <p>Ninnska Godoy Empleado</p>	 <p>Della Tedin Decoradora</p>
 <p>Beatriz Sapiro Pescadora</p>	<p>POR PRIMERA VEZ VEINTE MUJERES SE ATREVEN A DECIR</p> <h2>Yo aborté</h2>	 <p>Dora Barrancos Legisladora</p>	
 <p>Graciela Bullán Actriz</p>	 <p>Tununa Mercado Escritora</p>	 <p>Lio Jelm Directora de teatro</p>	 <p>Dina Goria Cantante</p>

El aborto existe. Los organismos oficiales estiman que en la Argentina se realizan 325.000 abortos por año. Lo que supone un aborto cada dos nacimientos. El Ministerio de Salud calcula que los hospitales públicos gastan anualmente 41.230.500 pesos para asistir a las víctimas de esas prácticas clandestinas. Detrás de esta realidad están estas mujeres.

Figura 4 — Capa da revista *Tres Puntos*, 10 out., 1997.

que o número de sorrisos acaba desafiando a própria idéia de dor, angústia ou arrependimento. Na verdade, ao longo dessas páginas o aborto se encarna em mulheres concretas, em suas histórias de vida, em seus corpos, seus sonhos, suas expectativas e circunstâncias de

vida particularizadas. E, embora sejam testemunhos ou histórias pessoais, transcendem o caráter individual e privado.

Esse material jornalístico reinstalou a questão do aborto, repercutindo em diferentes veículos nacionais, especialmente no rádio e, muito particularmente, na televisão.⁹

O debate na televisão

Nos últimos anos registrou-se, na televisão argentina, um aumento considerável dos programas de debate conhecidos como *talk shows*. Caracterizados por uma "natureza fluida e contraditória" (Munson, 1995), têm aparentemente a capacidade inesgotável de apresentar pessoas que prestam depoimentos sobre tópicos e abordagens dos temas mais íntimos, mais escabrosos, ou explorando seus aspectos menos conhecidos — tais como as delícias da vida cotidiana — com o estilo próprio às pautas da neotelevisão: familiaridade na estratégia de apresentação, simplicidade e interpelação melodramática.

Sem fazer grandes distinções entre os programas existentes, pode-se dizer que sua topografia básica gira em torno de uns quatro convidados, dispostos no centro da cena — às vezes de frente uns para os outros; além deles, uma voz de autoridade, que se identificará, em suas intervenções, com as impressões provocadas pelos depoimentos dos convidados, e um público, que pode estar numa platéia, destinado a aprofundar, questionar ou interpelar os convidados. Há, evidentemente, a figura do mediador, que dirige o programa, *dando a palavra*, interrompendo ou prolongando uma intervenção na busca de detalhes grandiloqüentes, ou para introduzir chamadas telefônicas, ao vivo ou registradas pela produção.

Essa variedade de depoimentos e vozes levou alguns pesquisadores a se referir aos *talk shows*, num sentido consagratório, como "constelações de vozes" (Munson, 1995). Na minha opinião, entretanto, essa ilusão de democratismo — sugerindo que todos/as tenhamos acesso à tela da televisão e possamos defender nossas posições — não anula a hierarquia de vozes instituinte das produções de tevê. Assim, após sucessivas interrupções das intervenções dos/as convidados/as, privilegia-se inexoravelmente a voz do saber, a palavra autorizada. Especialistas que estejam na moda (em geral, psicólogos ou psiquiatras) são convidados/as a opinar sobre uma questão, sendo-lhes solicitada abstração, síntese ou conclusões, enquanto os demais ficam em silêncio, por decisão própria ou por pedido expresso do/a

mediador/a, que atenua ou estimula — conforme o caso — o fogo cruzado entre os/as participantes.

Numa pesquisa sobre os *talk shows* (Laudano, 1998b, 1999), sustento que o caráter polifônico desse tipo de apresentação (incluindo a multiplicidade de vozes que tomam a palavra e a amplitude correspondente de destinatários/as implícitos/as ou explícitos/as) se estrutura em níveis hierárquicos precisos: as vozes da experiência e do saber cotidiano; a palavra científica, como última voz; e a voz do/a mediador/a, que cita a anterior e permite ou dificulta as rodadas da conversa, assim como, em outra instância, as vozes das/os espectadores/as, em suas casas.

Que acontece quando se fala de aborto em um desses programas? O tema foi abordado esporadicamente nos últimos anos no programa *Hablemos claro*, dirigido por Lía Salgado, e na série *Frente a Frente*, sob o comando de Alejandro Rial, embora também tenha sido discutido em outros programas, de forma secundária, tal como a possibilidade de recorrer ao aborto em situações de gravidez de adolescentes.¹⁰

Para uma avaliação da colocação do tema aborto em discurso e em cena, sintetizo os aspectos mais relevantes da dinâmica do programa *Frente a Frente* de 26 de junho de 1997, elencados por Lilita Pelliza, integrante da Comissão pelo Direito ao Aborto que assistiu a esse programa:¹¹

- Não são respeitados o uso da palavra, os tempos de exposição, ou sequer o pedido de fazer uma intervenção. A frase de Pelliza, “Nem todos temos um microfone na mão”, sintetiza a desigualdade no acesso à palavra e, ao mesmo tempo, desafia o qualificativo *constelação de vozes*.
- Ocorrem interrupções durante as exposições, toleradas pela coordenação, enquanto se impõe silêncio, nos cortes, quando o programa está para voltar ao ar — regra que é respeitada por todos/as. Caberia perguntar por que não é feito o mesmo durante as intervenções dos/as participantes.
- No caso de desacordo, geram-se superposições, gritos e até insultos entre os/as presentes.
- Não se estimula uma exposição racional, nem o debate entre posições contraditórias ou antagônicas, e sim um confronto estéril, uma colisão.
- Ao não obter permissão para falar na sua (suposta) vez, o/a convidado/a cai facilmente na tentação de fazer o mesmo: interromper e falar na vez dos/as outros/as.

- Não é possível desenvolver os argumentos por falta de tempo.
- O aspecto mais positivo a resgatar são os depoimentos de mulheres contando suas experiências de aborto, bem como as circunstâncias em que tomaram essa decisão, que são ouvidos com muita atenção, especialmente quando se trata de mulheres pobres ou relatados em estilo melodramático.

Em entrevista com participantes após o programa, estas expressam certa decepção, levantando dúvidas sobre a validade ou eficácia de continuar indo a esse tipo de programa. Embora valorizada por ter grande audiência feminina, a experiência *custa caro* em diversos sentidos, principalmente devido à indefinição da situação comunicativa e ao desconhecimento dos códigos básicos do cenário televisivo. E, com base em outras experiências análogas, surge a pergunta: *A idéia é esclarecer ou armar confusão?*

Reformulo a questão da seguinte maneira: *Em que sentido se visibiliza o tema?* Em princípio, pode-se dizer que há um maior reconhecimento ou aceitação do tema, pelo simples fato de ter um programa especificamente dedicado a ele (que, além do mais, inclui a divulgação, através de chamadas — *spots* — pela televisão, em outros horários, para outros públicos potenciais), assim como pela presença de vozes do movimento de mulheres (inclusive feministas) comprometidas com a luta pela descriminalização ou legalização do aborto, o que amplia o repertório de porta-vozes autorizados/as sobre o tema. Mesmo assim, considero pertinente distinguir *visualizar* (pela exposição extrema) de *visibilizar*, segundo as categorias de Silvia Delfino (1995).

Entre os dois termos denominativos desse tipo de programa televisivo de sucesso, a balança parece inclinar-se, em certas ocasiões, mais para o *show* do que para o *talk*. O maior peso recai sobre a exibição e espetacularização dos *casos*, temas e depoimentos, em detrimento de polemizar o senso comum e contrabalançar os jogos de poder implicados nas relações hegemônicas, de modo a tornar possível expor — como aponta Fraser (1991) — as relações sociais vigentes entre os/as interlocutores/as ou co-intérpretes.

Assim, levanto algumas perguntas: Que nível de encenação e de discurso se pretende com a participação em *talk shows*? Que limites concretos existem, dentre os definidos pela própria participação no programa, e o que é possível fazer dentro desses limites? Até que ponto é possível transgredir ou mudar as regras do jogo? Essas características que tipificam os *talk shows* estão, entretanto, se expandindo no sistema audiovisual atual, tendo a televisão um lugar privilegia-

do de participação espetacularizada, enquanto decresce a participação em outros segmentos da vida social e política.

Exemplo disso é o já mencionado programa dirigido por Mariano Grondona *Hora Clave* que, de *programa sério*, com rasgos de solenidade, passou a ser promovido como *um espetáculo para pensar*. Conhecido como tendo construído sua própria imagem de intelectual moderado e tolerante, o jornalista adota idéias liberais, apoiou o golpe militar de 1976 e, em plena discussão sobre o aborto em 1994, projetou para os telespectadores partes do vídeo *O grito silencioso*. Em meados de dezembro de 1997, a propósito das mulheres que confessaram à revista *Tres Puntos* ter abortado, ele montou um programa sobre o tema junto com o tratamento do caso de um cantor de rock (Calamaro) processado por um juiz argentino por ter manifestado o desejo de *puxar um fuminho* (cigarro de maconha). A pergunta utilizada como gancho para a chamada do programa era: “Calamaro e as mulheres: são condenáveis ou desvelam os preconceitos de uma sociedade hipócrita?”¹²

Partindo do conceito de *tema de que não se fala na sociedade*, o debate (*Hora Clave*, 18 dez., 1997) foi organizado no tradicional molde *dos dois lados* que, alguns minutos após seu início, já fora reduzido às canônicas posições de *aborto: a favor ou contra?* De um lado, uma conhecida jornalista, a editora da revista e uma atriz; do outro, dois jornalistas — uma mulher e um homem — cujos fervorosos argumentos giraram em torno do direito à vida intra-uterina, defendendo as posições da Igreja Católica. Para dar um tom melodramático, a mulher do jornalista anti-aborto telefona para relatar seu próprio caso exemplar: em dois dos doze processos de gravidez que teve, os médicos a aconselharam a abortar, pois corria perigo de vida, o que ela não aceitou e seguiu em frente, tendo um desenlace feliz. A partir de então, ela se converteria em *heroína* do programa. Defendendo a posição do direito a intervir na vida das mulheres que fazem aborto, o jornalista-pai-de-doze-filhos afirma que é preciso conter as jovens que são estimuladas por seus parceiros a fazer aborto, pois “Nunca vi uma mulher arrepender-se depois de ter o filho. É só esperar para ver o que acontece quando ela vê as mãozinhas, os olhinhos [...]”. Aparece novamente em cena a figura do arrependimento, proveniente do campo religioso. A discussão prossegue em torno de *casos*: repórteres em unidades móveis, em diferentes pontos da cidade, dão a palavra a mulheres que se manifestam a favor da descriminalização, o que leva o jornalista, com seu estilo pseudo-salomônico, a perguntar: “E alguém é contra?” Diante da negativa, a réplica se ouvirá da platéia, com intervenções balan-

ceadas entre *a favor* e *contra*; no entanto, essas pessoas não são identificadas, não se podendo conhecer os critérios de seleção e participação no programa (Bourdieu, 1997).

O que se torna evidente é que, diante de qualquer afirmação ou interpelação por parte das mulheres favoráveis ao direito de decidir ou, pelo menos, descriminalizar o aborto, os integrantes de grupos católicos respondem imediatamente com um discurso que, longe de ser espontâneo, parece decorado. A análise de distintos programas de debate pela televisão e dos argumentos usados pelas organizações de mulheres e feministas permite constatar que cada um deles recebe uma resposta planejada, situação que muitas vezes não favorece as mulheres, alterando os referenciais e deixando-as, literalmente, sem palavras. Essa situação tem um efeito negativo em termos de domínio dos códigos da televisão, onde se espera fluência e capacidade de réplica.

Voltando ao debate que se travou no *Hora Clave*, diante da afirmação de que fazer um aborto ou manter a gravidez é uma decisão que cabe à mulher, já que é de foro pessoal e íntimo, a posição dos católicos replica que não se sabe *a quem se está assassinando, com um aborto*, nem — além do mais — se essa *pessoa* (sic) será a inventora de algum tipo de benefício para a sociedade. Esse argumento implica que abortar, então, não seria uma questão individual, mas envolveria a sociedade, em uma perspectiva do bem comum. Essa réplica se transforma em nova interpelação (Bajtín, 1997) que redefine os limites do público, do privado e íntimo, do individual e do social, e que reafirma o mapa de significados hegemônicos em torno da sexualidade, da procriação e do direito a decidir.

Em segundo lugar, contestando a afirmação de que muitas mulheres ou jovens não podem, por suas condições econômicas, continuar a gravidez, propõem-se duas respostas que correspondem a cosmovisões de dimensões distintas. Uma destina-se a rebater o argumento de que a mulher seja capaz de decidir por si própria e de maneira autônoma. Com esse objetivo, sugere-se a possibilidade de adoção, mesmo no caso extremo de gravidez resultante de estupro, tornando-se intolerável o argumento de que a mulher tenha mais direito a decidir sobre sua vida que sobre *a vida do feto que ainda não nasceu*. E pergunta-se: "Por acaso teria a mulher um direito superlativo ao direito da outra vida?", ancorando sua retórica na vulnerabilidade da criança diante das decisões de adultas, a quem se passa a qualificar de *individualistas, egoístas* — e, naturalmente, *libertinas*, por seu comportamento sexual.

A segunda linha de resposta abrange uma dimensão mais geral, envolvendo a divisão planetária Norte-Sul: os países ricos querem aca-

bar com a pobreza tirando dos pobres o direito de terem quantos filhos/as quiserem. Relembrando o significado do imaginário social¹³ de que se *deve povoar o país*, discurso atualizável em diferentes conjunturas históricas na Argentina em favor de medidas natalistas — como ocorreu durante a última ditadura militar,¹⁴ mas também presente no período peronista de 1973 a 1976 —, os grupos católicos sugerem que a nossa não é uma situação de excesso populacional e que, além disso, não devemos permitir a ingerência em questões internas nossas por parte dos países desenvolvidos. Mesmo quando, ao usar-se uma perspectiva de tais dimensões, o papel das mulheres e sua capacidade de decidir é invisibilizado — passando estas a serem meros receptáculos da reprodução — nenhuma das vozes presentes contestou esse sentido.

Essa dissecação das posições ficará mais evidente durante as acaloradas discussões que, devido à sua alta voltagem emocional e ao nível de apelação (chamando as mulheres de *assassin*s e denominando o feto de *bebê*, *pessoa* ou *menino*), acabam resultando, muitas vezes, numa sobreposição de vozes e numa confusão que não beneficiam muito o debate nem o esclarecimento das idéias defendidas.

Além disso, o escasso tempo de intervenção disponível na televisão, somado às interrupções do *outro lado* e às múltiplas exigências para que um programa seja considerado ágil, dificulta o desenvolvimento da complexidade que envolve a discussão em torno do aborto e da capacidade de decidir. Refiro-me especificamente às condições concretas do debate audiovisual, que às vezes exigem uma tomada de posição rápida, clara, breve e simples, diante de temas cuja complexidade vai além desses limites.

Uma tendência que pode ser percebida nas condições audiovisuais é o respeito à palavra-depoimento, muito mais do que à discussão abstrata, teórica ou ideológica. A vinculação do depoimento à experiência, que tem sido historicamente uma linha política de intervenção do feminismo, deve ser aprofundada. Não obstante, *ser mãe* é mais legítimo que *decidir não o ser* — e, nessa condição, podem ser escutadas algumas vozes. No programa em questão, por exemplo, a atriz participante se apresenta como mãe e declara: "Eu nunca fiz um aborto, mas estou de acordo com a descriminalização do aborto". A palavra de alguém que não transgrediu mas apóia uma das linhas de discussão adquire uma dimensão diferente, abrindo um distanciamento com relação às posições até então defendidas.

Como de hábito nesse tipo de programa, de um lugar afastado dos participantes, o jornalista/mediador postula suas conclusões fingindo contemplar todas as posições ouvidas. E aí afirma que "a vida

nova tem prioridade" e que "o embrião [sic] é um projeto de ser humano, é alguém que está chegando e tem o direito à vida". Entretanto, diante da situação econômica difícil (única instância reconhecível para decidir interromper uma gravidez), esclarece que, às vezes, é preciso *heroísmo* para enfrentá-la (e cita o caso da mulher do jornalista); como esse heroísmo, porém, *não pode ser exigido*, mulheres são impelidas ao aborto. Para não levar as mulheres a ter de optar pela dicotomia *heroísmo versus aborto*, o *analista* finalmente acusa de *vilões* os que não facilitam as condições de desenvolvimento humano, obrigando a tal opção. Embora diluindo a culpa que paira sobre as mulheres, essa posição não propõe soluções específicas, em termos de futuro, enquanto em termos imediatos reduz a possibilidade do aborto às situações em que está vinculado à pobreza.

À guisa de conclusão

Ao longo da década de 90, na discussão sobre o aborto, consolidam-se os/as integrantes tanto da comunidade católica quanto das organizações de mulheres como interlocutores/as válidos/as e reconhecidos/as por diversas instituições públicas na Argentina e pelos meios de comunicação, em geral complacentes com suas manifestações. Durante a Convenção Constituinte em 1994, a capacidade de influência da hierarquia católica junto aos públicos fortes, dotados de poder de decisão, foi acompanhada de intensa mobilização em diversas frentes, incluindo os meios de comunicação. Como parte de um discurso compacto, setores católicos recorrem com freqüência à emotividade das imagens, aos testemunhos de arrependimento, à expressão direta, simples, contundente, assim como a acusações.

Face à homogeneidade e consenso interno desse setor e seus aliados conjunturais, as organizações feministas e de mulheres, também reconhecidas como interlocutoras válidas, nem sempre encontram os meios adequados de aparecer publicamente no espaço da televisão, ou fazem-no com dificuldade. Além disso, a preocupação com o debate argumentativo até o momento não inclui um interesse similar pelo visual, como espaço de produção de significados e construção de sentidos.

Alguns tópicos para futuras pesquisas, ou possíveis estratégias, emergem dessas constatações. Seria útil selecionar e aprofundar as linhas de argumentação e os eixos do debate sobre o aborto, dentre os vários utilizados até agora, avaliando-se, entre outras, as réplicas da argumentação antiaborto. As organizações de mulheres poderiam também

buscar construir alianças com porta-vozes autorizados/as de diferentes campos vinculados à temática, especialmente da medicina e da ética.

Outra vertente seria pesquisar as estruturas do visual a que recorrem a comunidade católica e as organizações de mulheres pelo direito a decidir, refletindo sobre as diferentes estratégias de comunicação utilizadas (incluindo dificuldades e omissões) e considerando a possibilidade de linhas de ação em médio prazo. Ainda, cumpre esboçar estratégias de comunicação levando em consideração os códigos específicos de cada veículo, os distintos formatos da mídia e os limites que impõem em termos de segmentos do público, modalidades de participação e intervenção, capacidade de argumentação etc. — e distinguindo as condições de produção de um debate pela televisão da lógica argumentativa da imprensa escrita. Sem dúvida, estratégias mais fundamentadas serão mais eficazes para estender a toda a população feminina o efetivo e pleno exercício dos direitos reprodutivos.

NOTAS

- ¹ Cf. a charge publicada na capa de *Página 12* (16 jun., 1994), em que o papa fala ao telefone com Menem, comentando rumores sobre seu desejo de eternizar-se no poder e, especialmente, sua postura contra o aborto, lembrando-o de que o papa é ele...
- ² Essa denúncia do silêncio da mídia em torno do massivo Encontro Nacional de Mulheres e sua declaração favorável ao aborto foi feita em uma Carta de Leitoras da Comissão pelo Direito ao Aborto publicada em *Página 12* (22 jun., 1994); no entanto, o estatuto de uma carta de leitores, como expressão da opinião de pessoas, grupos ou instituições, não é comparável ao de uma matéria no corpo do jornal.
- ³ Os fundamentos do pedido de Menem aos constituintes de seu partido foram divulgados por *Ámbito Financiero* (12 jul., 1994, p. 19), diário com maior circulação de informação econômico-financeira.
- ⁴ Jornais locais tornam pública a adesão ao *direito a decidir* por uma centena de ONGs de diversas províncias (por exemplo *La Mañana*, 14 jul., 1994, p. 43).
- ⁵ Esta parte do texto, sobre o discurso via imagens, foi apresentada ao seminário "Nuestros cuerpos, nuestras vidas: propuestas para la promoción de los derechos sexuales y reproductivos", organizado em Buenos Aires pelo Fórum pelos Direitos Reprodutivos, em setembro de 1997 (FODRR, 1997).
- ⁶ Como intervenção pessoal política, não designo tais grupos pela expressão *pró-vida*, como faz a mídia, por acreditar que tais setores, em reiteradas ocasiões, recorrem à violência, atentados contra clínicas e mesmo, paradoxalmente, contra a vida, em nome de seu fanatismo.
- ⁷ Já o jornal *Página 12* usou uma foto em que se destacam cartazes de organizações feministas em prol do aborto legal (22 jan., 1998, p. 16, seção Mundo).
- ⁸ No âmbito dessa luta de significados, devo o reconhecimento dessas práticas ao vídeo norte-americano *If these walls could talk* (Se estas paredes falassem, 1984), realizado por mulheres *pró-opção* justamente para contrapor-se à desigualdade informativa. A respeito da política dos documentários sobre essa temática nos EUA, ver D'Acci (1997).
- ⁹ Especialmente no programa semanal *Hora Clave*, de grande audiência, que diz ser *dedicado à política*, apresentado por Mariano Grondona, comentado adiante.
- ¹⁰ Por exemplo, em 1997, no programa *Amor y Moria*, apresentado por Moria Casán dedicado às mães adolescentes (12 maio, 1997), surgiu uma controvérsia entre mãe e filha: tendo essa última engravidado, a mãe sugerira que abortasse; algo semelhante ocorreu no programa *Hablemos claro*, de Lía Salgado (21 mar., 1997). Em ambos os casos as mães foram acusadas, pelas participantes, de *assassinas*.

- ¹¹ Entrevistei Liliana Pelliza no âmbito de minha pesquisa sobre *talk shows*, desenvolvida no programa de Investigación Científica y Tecnológica na Universidad Nacional de La Plata (Laudano, 1998b). Nessa pesquisa também estudei a recepção do programa por mulheres da região de La Plata, assim como a opinião de feministas que já participaram de algum desses programas, ou que simplesmente assistem a eles.
- ¹² A publicidade do programa no jornal *Página 12* (18 dez., 1997, p. 20) equipara ambas as práticas como transgressões. No entanto, parece-me pouco cabível (1) equiparar o caso individual de um músico ao de milhares de mulheres; e (2) comparar o recurso voluntário à maconha ao recurso ao aborto para interromper uma gravidez involuntária.
- ¹³ Usando o conceito proposto por Castoriadis (1989).
- ¹⁴ Para uma análise das construções discursivas em torno das políticas natalistas do governo ditatorial argentino, ver Laudano (1998a, pp. 24-8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAJTIN, M. "El problema de los géneros literarios" in *Estética de la creación verbal*. México [DF]: Siglo XXI, 1997. pp. 248-93.
- BELLUCCI, M. "Women's struggle to decide about their own bodies: abortion and sexual rights in Argentina", *Reproductive Health Matters*, nº 10. Londres, nov. 1997, pp. 99-106.
- BOURDIEU, P. *¿Qué significa hablar?* Madri: Akal, 1985.
- _____. "Sobre la televisión", *Luxemburg*, nº 1. Buenos Aires, vol. 1, outono, 1997, pp. 17-31.
- CASTORIADIS, C. *La institución imaginaria de la sociedad*. Barcelona: Tusquets, 1989.
- COMISIÓN POR EL DERECHO AL ABORTO. *Prensario: el aborto en los medios gráficos*. Buenos Aires, 1994.
- D'ACCI, J. "Leading up to Roe v. Wade: television documentaries in the abortion debate", in C. BRUNDSON et al. (eds.), *Feminist television criticism: a reader*. Oxford: Clarendon, 1997.
- DELFINO, S. "Desigualdad y diferencia: retóricas de identidad en la crítica de la cultura", *Doxa*, nº 18. Buenos Aires, vol. 9, verão, 1998, pp. 28-44.
- DURAND, T. GUTIÉRREZ, M. A. "Tras las huellas de un porvenir incierto: del aborto a los derechos sexuales y reproductivos", in *Avances en la investigación social en salud reproductiva y sexualidad*. Buenos Aires: AEPa; CEDES; CENEP, 1998, pp. 281-302.
- FORO POR LOS DERECHOS REPRODUCTIVOS (FDDRR). *Nuestros cuerpos, nuestras vidas*. Buenos Aires, 1997.
- FRASER, N. "La lucha por las necesidades: esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío". *Debate Feminista*, nº 3. México (DF), mar., 1991, vol. 2, pp. 3-40.
- _____. "Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente", *Debate Feminista*, nº 7. México (DF), vol. 4 mar., 1993, pp. 23-58.

HALL, S. "La hegemonía audiovisual", in S. DELFINO (comp.), *La mirada oblicua*. Buenos Aires: La Marca, 1993, pp. 86-92.

IF THESE WALLS COULD TALK, 1986, 110min.

LAUDANO, C. "Cuando el aborto está en los medios", in FDDRR, *Nuestros cuerpos, nuestras vidas*. Buenos Aires, 1997, pp. 119-30.

_____. *Las mujeres en los discursos militares, 1976-1983*. Buenos Aires: EULP; UNQ; UNL, 1998a.

_____. "Talk-shows: entre la visualidad de la violencia y la invisibilización de la subordinación", *Feminaria*, nº 21. Buenos Aires, vol. 11, 1998b, pp. 34-44.

_____. Entre lo público y lo privado: la formulación de sus límites en el formato televisivo del *talk show*; exhibición e invisibilidad de la violencia de género. Buenos Aires, 1999. Dissertação de mestrado em ciências sociais, FLACSO.

MUNSON, W. "Constellations of voices: how talk shows work", in G. DINES e J. HUMEZ (eds.), *Gender, race, and class in media*. Londres: Sage, 1995.

NORA, P. "La actualidad inestable", in S. DELFINO (comp.), *La mirada oblicua*. Buenos Aires: La Marca, 1993, pp. 82-5.

PETCHESKY, R. "Foetal images: the power of visual culture in the politics of reproduction", in M. STANWORTH (ed.), *Reproductive technologies: gender, motherhood and medicine*. Mineapolis: University of Minnesota Press, 1987.

THE SILENT SCREAM, 1984, video, 26 min.

YOUNG, I. "Imparcialidad y lo cívico público: algunas implicancias de las críticas feministas a la teoría moral y política", in S. BENHABIB e D. CORNELLA, *Teoría feminista y teoría crítica*. Valência: Alfons el Magnanim, 1990, pp. 89-117.

ZIMMERMANN, P. "La batalla por el cuerpo femenino: una revaluación de las políticas feministas sobre los medios de comunicación", *Debate Feminista*, nº 10. México (DF), vol. 5. 1994, pp. 95-115.

Foram utilizadas ou comentadas as seguintes matérias da imprensa escrita (consultadas em arquivo pessoal ou no acervo do CEDES):

ÁMBITO FINANCIERO. Buenos Aires, 12 jul., 1994.

CLARÍN. Buenos Aires, 12 jan., 1994, 1º jul., 1994, 9 jul., 1994, 12 jul., 1994, 14 jul., 1994, 17 jul., 1994, 21 jul., 1994, 8 ago., 1994, 10 ago., 1994, 19 ago., 1994, 23 jan., 1998.

CRÓNICA. Buenos Aires, 12 jul., 1994, 10 ago., 1994, 26 ago., 1994.

DIARIO POPULAR. Buenos Aires, 17 jun., 1994.

LA MAÑANA. Santa Fe, 14 jul., 1994.

LA NACIÓN. Buenos Aires, 3 jun., 1994, 1º jul., 1994, 9 jul., 1994, 26 jul., 1994, 10 ago., 1994, 19 ago., 1994, 21 ago., 1994, 5 set., 1994, 23 jan., 1998.

PÁGINA 12. Buenos Aires, 27 set., 1992, 27 maio, 1993, 25 jan., 1994, 8 mar., 1994, 28 maio, 1994, 7 jun., 1994, 16 jun., 1994, 25 jun., 1994, 9 jul., 1994, 12 jul., 1994, 13 jul., 1994, 14 jul., 1994, 21 jul., 1994, 5 ago., 1994, 10 ago., 1994, 19 ago., 1994, 27 ago., 1994, 18 dez., 1997, 22 jan., 1998.

TRES PUNTOS. Buenos Aires, 10 dez., 1997.

Foram comentadas/analizadas as seguintes emissões de televisão:

FRENTE A FRENTE. Alejandro Rial (apres.). Buenos Aires: Canal América, 26 jun., 1997.

HORA CLAVE. Mariano Grondona (apres.). Buenos Aires: Canal 9, 18 dez., 1997.